

Programa de Controle de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras

Busca prevenir a introdução de espécies vegetais exóticas invasoras e fornecer medidas para evitar a disseminação daquelas que já estão estabelecidas na região das obras da BR-285/RS/SC.



BR-285/RS/SC
Gestão Ambiental

O que são?

São aquelas espécies vegetais que se encontram fora de sua área de distribuição natural (chamadas de exóticas) e podem se espalhar com facilidade e sem controle.

Por que devemos evitá-las?

Essas espécies dificultam o desenvolvimento da vegetação nativa, pois elas competem com a mesma por espaço, luminosidade, água e alimento.

Quais as mais comuns na região?

- Pinheiro-americano (*Pinus* spp.);
- Uva-do-japão (*Hovenia dulcis*);
- Goiabeira (*Psidium guajava*);
- Eucalipto (*Eucalyptus* spp.);
- Nespera (*Eriobotrya japonica*);
- Chuchu (*Sechium edule*);
- Lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*).



O que devo fazer?

- Evitar o plantio das espécies invasoras;
- Se possível, retirar ou controlar o crescimento das plantas;
- Se não for possível eliminá-las, garantir que estejam em espaço adequado, ou seja, longe de locais com fauna silvestre e áreas naturais; e
- Ao utilizar espécies em sua propriedade, prefira as nativas da sua região.



Alternativas de espécies nativas

Frutíferas nativas:

- Guabiju (*Myrcianthes pungens*);
- Pitanga (*Eugenia uniflora*);
- Guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*);
- Ariticum (*Annona sylvatica*).

Potencial madeireiro:

- Louro-pardo (*Cordia trichotoma*);
- Sobraji (*Colubrina glandulosa*);
- Canafistula (*Peltophorum dubium*).

Outras espécies nativas:

- Manacá-da-serra (*Tibouchina sellowiana*);
- Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*);
- Canjerana (*Cabralea canjerana*).



A lista oficial de espécies exóticas invasoras de Santa Catarina está disponível na RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 08, de 14 de setembro de 2012.
A lista oficial de espécies exóticas invasoras do Rio Grande do Sul está disponível na PORTARIA SEMA nº 79 de 31 de outubro de 2013.

O material é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL

